

Mobilização com que Comunicação? Estabelecendo relações entre práticas comunicacionais e processos de construção cidadã¹

Kátia Santos de Moraes
Eixo acadêmico Mestrado/Doutorado em Administração
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
katiamorais01@gmail.com

Resumo:

Este texto discute as relações entre comunicação e processos de mobilização social a partir da noção de cidadania. Ao compreender a mobilização social enquanto resultado da participação da sociedade civil, e, portanto, como processo de compartilhamento de visões e discursos, entende-se como caminho intrínseco à sua realização a comunicação. Sendo assim, uma comunicação que pretenda contribuir com processos desta natureza deve assumir um caráter coletivo, concretizando-se por meio de uma comunicação pública segundo a perspectiva cidadã. Do ponto de vista da comunicação organizacional comunitária, isso implica, já num primeiro momento, alterar a visão tradicional de públicos e pensar todos os envolvidos como agentes diretos e responsáveis pela comunicação que produzem, capturam e disseminam. A análise teórica se baseia em observações preliminares decorrentes de pesquisa de mestrado em andamento.

Palavras-chave: Cidadania; Comunicação Pública; Mobilização Social; Participação.

Introdução

A insatisfação quanto a propostas de desenvolvimento fincadas numa comunicação funcionalista, disseminadora da idéia de um falso desenvolvimento e negligenciadora das distorções sociais instaladas ao longo de séculos de exploração, provocou uma alteração no foco das discussões envolvendo o papel da comunicação como elemento constituidor das sociedades. Com isso, de desenvolvimento, passa-se a falar em comunicação associada à cidadania e à mobilização social, num movimento fortemente construído por teóricos na América Latina.

Especialmente no terceiro setor, campo por excelência de projetos dessa natureza, a comunicação pode se apresentar sob inúmeras possibilidades, seja como ponto de partida ou de encontro, esperando-se dela o afloramento de uma perspectiva cidadã, fruto da negociação de vontades dos entes da sociedade civil. Desse modo, refletir sobre usos da comunicação enquanto processo essencial para a implementação ou não de projetos de mobilização social se constitui como o objetivo central deste trabalho.

Isso porque, do mesmo modo como práticas comunicacionais em diferentes esferas podem

¹ Apresentado no GT ABRAPCORP 5- Relações Públicas comunitárias, comunicação no terceiro setor e responsabilidade social.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq- Brasil.

munir o cidadão de capacidade crítica capaz de torná-lo sujeito ativo da transformação social, uma comunicação não comprometida com essa causa pode conduzir a uma direção contrária, exercendo, neste caso, um papel que, por essência, não deveria ser o seu.

O trabalho é dividido em duas partes. Num primeiro momento é feita uma reflexão sobre os elementos constitutivos de processos de mobilização social, bem como sobre os limites da participação da sociedade civil, através da recorrência a alguns conceitos-chave como cidadania, projeto político, qualificação política e poderes locais.

Em seguida, adentra-se no campo da comunicação, discutindo como esta área pode ser empregada no sistema social de modo a contribuir para um efetivo processo participativo, a partir do momento em que se entrelaça com formas de atuação cidadãs, baseadas numa comunicação dialógica e comprometidas com um projeto político que busque uma alternativa à causa que se constitui como seu foco.

Por fim são feitas algumas considerações na tentativa de amarrar alguns pontos expostos ao longo do trabalho, apontando-se a necessidade de observação crítica sobre de que forma vem sendo trabalhada a comunicação em meio a contextos que se colocam como de mobilização social.

Mobilização social, cidadania e participação

A transição para o regime democrático no Brasil, durante os anos 80, veio acompanhada por uma transformação do espaço público enquanto local de “encontro” entre Estado e sociedade civil. A descentralização da autoridade política promovida pela Constituição de 1988 concedeu maior autonomia às administrações públicas locais, ao mesmo tempo em que favoreceu a aproximação da comunidade, que viu ampliadas suas chances de representatividade.

Essa aproximação foi também, em grande parte, fruto da insatisfação com a representação dos partidos políticos, mediadores tradicionais entre sociedade civil e Estado e historicamente inclinados para este segundo (DAGNINO, 2002).

As novas possibilidades de atuação da sociedade na arena pública criaram, assim, novos formatos institucionais, fortalecendo a noção de públicos participativos, cujos primeiros agentes no Brasil foram as associações voluntárias, movimentos sociais e associações comunitárias nos anos 60 e 70, fundadas em questões de identidade coletiva.

o conceito de Públicos Participativos compreende cidadãos organizados que buscam superar a exclusão social e política por meio da deliberação pública, promoção de transparência e responsabilização (*accountability*) e da implementação de suas preferências políticas (WAMPLER e AVRITZER, 2004, 212).

A partir desse mote, configura-se o terceiro setor, que, formado originariamente da soma entre filantropia, movimentos sociais e Organizações não Governamentais (ONGs), pode ser definido como um

conjunto de atividades espontâneas, não governamentais e não lucrativas, de interesse público, realizadas em benefício geral da sociedade e que se desenvolvem independentemente dos demais setores (Estado e mercado), embora deles possa, ou deva, receber colaboração (MAURO; NAVES apud NAVES, 2003 p.574).

Peruzzo (2007a) aponta ainda que se somam hoje ao terceiro setor estruturas como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e fundações, dentre outras entidades, integrando um segmento heterogêneo e com dimensões diversas, mas que tem em comum o discurso favorável à cidadania. De modo geral, a idéia central que move esses grupos é desenvolver entre os entes da sociedade habilidades de negociação capazes de permitir uma deliberação face a face, numa oposição à tradição clientelista e à marginalização da sociedade civil nas decisões públicas nacionais.

Pensar esses novos cenários de atuação da sociedade implica, portanto, pensar questões como possibilidades de exercício da cidadania com vistas a uma maior partilha do poder entre uma representatividade capaz de dar voz a diferentes setores da sociedade, atrelando o conceito de cidadania ao de participação.

Tendo nos estudos de Marshall (1967) um de seus principais referenciais, a noção de cidadania é inicialmente composta por: conquistas e usos dos direitos *civis*, *políticos* e *sociais*. Um conceito amplo e em constante construção, cidadania pode ser relacionado não apenas aos direitos básicos para a sobrevivência em sociedade, mas como a capacidade de discernimento crítico que permita a participação em decisões que interfiram na vida desde mesmo indivíduo.

A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito” (OLIVEIRA, 2002, p.14).

Ou ainda, “cidadania implica em mobilização, cooperação e formação de vínculos de coresponsabilidade para com os interesses coletivos, e a regra da luta pela inclusão são as expectativas e opiniões conflitantes e não o consenso de vontades” (DUARTE, 2007, p.111)

Desse modo, a existência do conflito deve ser entendida como resultado da diversidade, da interação de diferentes pontos de vista, o que é algo benéfico para o exercício democrático e permitir que o acordo nasça da conciliação do conflito é possibilitar uma partilha efetiva do poder, dando margem para a busca por realização de um projeto político comum.

Quanto à noção de mobilização social, nos agrada o posicionamento de Toro e Werneck (2004, p. 13), para os quais ela acontece quando “um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos”, ou seja, advém e tem por fim a participação, uma participação que é sempre uma escolha e que depende de os indivíduos se enxergarem ou não parte responsável do processo de transformação social movido pela coletividade.

Partindo de exemplos clássicos de sucesso da participação da sociedade para o desenvolvimento de um dado território uma das grandes referências é o caso da Terceira Itália, a partir do período pós- Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 80². Como esclarece Putnam (2006), foi a confiança mútua, em esfera social, disseminada pelas regiões cívicas do país o grande sustentador do desempenho governamental e dinamismo econômico, num processo centrado, sobretudo na valorização do capital social. Este se refere a uma articulação de capacidades dentro de uma grande rede, onde a soma de esforços e potencialidades é capaz de promover um desenvolvimento que vai além do econômico.

Nas palavras do próprio Putnam (ibid., p.177), o capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”, configurando-se como um bem público. Um outro tipo de capital embutido em processos de participação e mobilização social é o capital humano, referente ao contínuo processo de conhecimento, o que carrega também uma relação com as condições básicas de sobrevivência.

As formas de participação, ou seja, sua entrada ou não num dado processo de mobilização, bem como seus níveis de concretização carregam, por sua vez, uma relação com um elemento que, para nós, é visto como central nesta discussão: o projeto político defendido por cada uma das partes envolvidas, o que, nas palavras de Dagnino (op. cit.), define-se como “aquilo que orienta ação”. Sendo assim, a análise de qualquer experiência de mobilização social deve partir da verificação do projeto político que move a atuação de cada uma dos grupos de agentes, ou seja, dos pontos em que ambos divergem e se articulam, o que é influenciado por uma série de fatores, tanto entre os envolvidos, quanto internamente em cada uma dessas estruturas.

Do lado da sociedade civil, as questões que interferem na elaboração do projeto político passam pela necessidade de qualificação técnica e política que forneçam as condições necessárias para uma efetiva capacidade de negociação (ibid.). Nas palavras de Kunsch (2007, p.64),

² Vale ressaltar, no entanto, que a experiência de participação cívica italiana não questionou as instituições do Estado burguês, tendo sido, pelo contrário, uma luta pela hegemonia contra o regime feudal dentro de um processo de construção de uma sociedade liberal. A participação cidadã se deu até os limites das relações diretas com o Estado, sem uma tentativa de inserção de uma nova mentalidade, diferente da burguesa.

a questão está, de um lado, na cidadania como direito e, de outro, na incapacitação política dos cidadãos, em razão do grau de domínio dos recursos sociais e de acesso a eles [...]. Assim, dependendo do período histórico e do país ou lugar, só uma parcela da população pode exercer plenamente a cidadania.

Para a reflexão a que nos propomos neste trabalho, consideramos interessante destacar o papel que vem sendo desempenhado pelas ONGs, que, por serem fornecedoras de capacitação técnica, tornaram-se as principais representantes da sociedade civil, sendo muitas vezes erroneamente confundidas com ela.

Se por um lado essa posição trouxe às ONGs visibilidade em relação ao Estado, por outro vem tornando sua participação, em muitos casos, acrítica, isenta de poder de decisão nas questões relacionadas às políticas a serem implementadas, tornando-as, ao invés disso, meros executores de políticas previamente planejadas.

Além disso, mesmo que as ONGs sejam capazes de fornecer qualificação técnica, o mesmo não acontece com a qualificação política, que não depende exclusivamente de uma intermediação. Ao contrário, depende da convivência direta com múltiplos atores, com concepções e visões de mundo diferenciadas, num processo longo e contínuo. A falta desse tipo de qualificação acaba restringindo a representatividade da sociedade civil na deliberação das questões públicas e reduzindo a força das próprias ONGs enquanto representantes daquela.

Cria-se, assim, um espaço entre decisão e execução, o que merece atenção se pensarmos até que ponto a sociedade civil está capacitada para atuar e, sobretudo, para perceber sua atuação. Essa “delimitação de tarefas”- pensando aqui a participação e partilha do poder-, é vista como algo negativo na medida em que inibe o conflito, condição necessária para o pleno exercício da cidadania.

Do mesmo modo devem ser pensados os poderes locais, entendidos “tanto como a capacidade geral de agir, quanto como a capacidade de produzir comportamentos específicos” (FISCHER, 2002, p.14). Isso significa que a busca por uma mobilização social emancipatória deve ter como requisito fundamental a preocupação sobre de que forma ações em escala local podem dialogar com escalas superiores, alterando-as e não sendo “engolidas” por estas. É essa necessária articulação que irá definir a relevância ou não de um modelo que se coloca como alternativo ao hegemônico.

Como defendem Santos e Rodríguez (2005, p.53), “só uma articulação da ação local com estratégias alternativas de incorporação ou resistência em escala regional, nacional ou global pode evitar a extinção das iniciativas locais confrontadas como a concorrência capitalista”.

Numa análise sobre essa questão, Wallerstein (2002) chama a atenção para o funcionamento do que define como “sistema-mundo”, cuja sobrevivência, segundo o autor, depende da

permanência de uma parcela de indivíduos vivendo às margens do processo, o que torna impossível um desenvolvimento equitativo entre distintas regiões de uma nação- em escala nacional- e entre nações- numa escala global. Sendo assim, iniciativas nascidas “de baixo para cima” com caráter muito mais paliativo e defensivo do que revolucionário tendem, num dado momento, a não sobreviver à pressão do sistema, o que nos leva a pensar que o exercício de uma cidadania e de uma participação plena está diretamente ligado ao caráter do modelo de transformação social que está por trás da ação/reflexão dos indivíduos.

Comunicação como espaço de participação e cidadania

Permitir que a população tenha acesso à informação e construa conhecimento, tornando-a apta a contribuir com estratégias de transformação social, depende, em grande parte, da disponibilização de efetivos canais de diálogo, onde os indivíduos possam não só conhecer sua realidade, como também refletir sobre suas próprias experiências e formas de participação nos variados contextos sociais onde se inserem.

Essa é uma preocupação à qual já se dedicavam estudiosos precursores das investigações sobre a comunicação como elemento para a mudança social, em oposição a uma concepção funcionalista, de contribuir com uma pseudo-modernização presente no discurso de antigas propostas de desenvolvimento que, na verdade, aumentaram a desigualdade entre os povos. O movimento alternativo, que ganhou força nos anos 70, tem na América Latina autores como Paulo Freire, Mario Kaplún, Luis Ramiro Beltrán e Juan Diaz Bordenave entre os seus principais representantes (PERUZZO, 2007b).

O educador Paulo Freire (1971, p.69), por exemplo, ao enxergar os homens não enquanto objetos, mas como sujeitos da comunicação, no sentido de uma participação cidadã na esfera pública, defende que “comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Ainda Freire (1987) discorre, dentro dessa linha, sobre a necessidade de uma educação problematizante e libertária, em oposição ao que chama de educação “bancária”, onde as informações seriam “depositadas” pelos indivíduos no processo educacional. Ele afirma que não há educação sem comunicação, não existindo esta sem o diálogo que, por sua vez, define-se como “encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (grifo original) (ibid., p.78). E como sociedades sem diálogo e sem comunicação se fazem mudas (FREIRE, 1967), o exercício da cidadania se torna, neste caso, inviável.

O processo de apreensão do mundo é, pois, algo eminentemente comunicacional, vista aqui a comunicação em sentido mais amplo, enquanto espaço de mediação entre os agentes que interagem em um dado espaço, ou, nas palavras de Gerbner (1973, p.58), “comunicação, no sentido 'humanizador' mais amplo, é a produção, percepção e entendimento de mensagens portadoras das idéias humanas do que existe, do que tem importância e do que está certo”, e definir o valor de uma mensagem cabe a cada receptor, o que é feito a partir de suas referências, do modo como interage com quem lhe emitiu a informação e com a própria realidade na qual se insere.

Desse modo, ao se apontar a comunicação como requisito para a apreensão do mundo, fala-se de suas diferentes formas, desde o contato face a face, passando pelos usos dos meios de comunicação formais e informais até as práticas comunicacionais de organizações ou grupos em interação com seus públicos.

Pensando a comunicação particularmente sob o prisma de processos de mobilização social, foco deste trabalho e que têm no terceiro setor seu lugar de maior expressão, faz-se necessário esclarecer a associação entre esses dois termos. Se mobilizar é “[...] convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que contamina todo o cotidiano”, é também “um ato de comunicação” (TORO e WERNECK, op.cit., p.14).

E se por um lado o cenário contemporâneo de abertura democrática permite hoje maiores possibilidades de construção de modelos de mobilização, por outro exige novas formas de atuação por parte dos agentes envolvidos em processos desta natureza. Não se trata apenas de convencer indivíduos e grupos a aderirem à causa, mas da capacidade de compartilhar experiências e expectativas, negociando-as e alimentando-as permanentemente. Nesse sentido, a comunicação embutida em mobilizações sociais pode ser compreendida enquanto um processo de relações públicas (HENRIQUES, 2007). Para o autor, a comunicação empregada sob essa ótica,

é uma atividade que deve ser compreendida como parte de um complexo sistema especializado- que emerge na sociedade de massas- de administração dos mecanismos de visibilidade pública e, por conseguinte, de mediação e administração das controversas públicas (ibid, p.101).

Essa associação entre práticas de comunicação em processos de mobilização social e a atividade de relações públicas comunitária implica, já num primeiro momento, e seguindo a orientações de Peruzzo (op. cit.), cuidado com a categorização dos públicos envolvidos, que devem ser considerados não como públicos-alvo, mas como públicos estratégicos. De interno, externo e misto, comumente utilizados na literatura para se referir às organizações do primeiro e segundo setores, defende-se uma recriação desses conceitos, tendo em vista referirem-se a “sujeitos ativos, indivíduos ou grupos com os quais haja interação e estabelecimento de relações de troca, numa via

de mão dupla, que agrega o fator transformação ao processo” (MENEGETTI apud PERUZZO, *ibid.*, p.168), tendo como foco a busca pelo exercício da cidadania e da transformação social, e nisso consiste a diferença em relação a públicos em contextos organizacionais que não do terceiro setor.

Dentre algumas possibilidades apontadas para a classificação de públicos em processos de comunicação no terceiro setor, Peruzzo sugere, particularmente no universo dos movimentos sociais e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, as seguintes nomenclaturas: beneficiários, colaboradores, vizinhança, órgãos públicos, parceiros reais e potenciais, mídia, aliados e opositores. Salienta-se, no entanto, não serem estas definições colocadas pela autora como estáticas e universais, já que cada realidade de mobilização contém suas especificidades e é a partir delas que devem ser identificados os seus públicos.

Um outro elemento visto como fundamental para a reflexão a que nos propomos aqui diz respeito à incorporação de uma postura comunicacional, pelos agentes, que assuma a perspectiva cidadã, movida pelos interesses da comunidade. Trata-se da realização de uma comunicação pública, em sua acepção ligada à participação da sociedade civil.

Ao esclarecer as possibilidades de uso do termo, Brandão (2007) afirma que o ponto de convergência entre as visões de comunicação pública possíveis está no entendimento de tratar-se de uma comunicação com vistas à promoção da cidadania, a partir das negociações entre Estado, governo e sociedade, sendo este o significado que vem ganhando corpo no Brasil.

Sobre a amplitude do conceito, a autora chega a afirmar que

é preciso deslocar a visão de comunicação pública como modalidade, instrumento ou qualquer outro termo que a designe apenas como parte da área de comunicação social [...]. Para entender e aceitar sua complexidade e importância, é necessário deslocar o olhar e ver a organização política da sociedade como referência central e a comunicação pública como uma de suas manifestações mais importantes (BRANDÃO, *ibid.*, p.30).

Com isso, fica evidente que, a comunicação em processos de mobilização, não se refere apenas às formas comunicativas tradicionais, ligadas aos meios- jornal, televisão, rádio, internet, etc.- ou às estratégias para lidar com os diferentes públicos direcionados por profissionais de comunicação, mas no ato de comunicar em si, inerente a qualquer projeto que se coloque como coletivo, ou seja, na interação entre indivíduos num dado contexto social.

Nessa linha de se pensar a relação entre comunicação e processos de mobilização social, torna-se desejável a valorização do que Thompson (1998) chamou de “interação face a face”³ que,

³ As outras duas formas de interação descritas por Thompson (1998) são a “interação mediada” e “quase-interação.

além de se dar entre participantes no mesmo sistema referencial de espaço e tempo, possui um caráter dialógico. Através do conhecimento sobre sua realidade e da capacidade de reflexão e construção de sentidos a comunidade poderá estabelecer ligações dialógicas onde os indivíduos compartilhadores de informações e conhecimento tenham chances de participar ativamente de processos de mobilização social, na tentativa de uma atuação cidadã.

Sobre a relação direta entre comunicação e cidadania, Duarte (op. cit., p.113) aponta que

a comunicação deve ser plena a tal ponto que possa oferecer ao cidadão condições de se expressar enquanto personalidade crítica e autônoma, emancipar-se e compreender-se, de modo a fomentar uma capacidade de organização e mobilização dos sujeitos que consistirá, em última instância, na concretização de uma cidadania ativa, fruto do aprendizado, da produção coletiva de saberes, capaz de romper formas de exclusão e opressão e encontrar caminho e modelos próprios de organização da vida coletiva.

Para Franco (1999), essa participação ativa da comunidade permite que sejam construídos novos espaços ético-políticos, no sentido da possibilidade de um comprometimento efetivo, não apenas através de entidades representativas da sociedade, mas de consciências individuais.

Mas é justamente a falta de capacitação técnica e política a que nos referíamos, decorrente, sobretudo, dos obstáculos impostos pelo sistema, que impede uma atuação mais efetiva por parte da sociedade civil, opondo-se ao ideal de comunicação dialógica ao qual se referia Thompson e que é defendida por Paulo Freire, e comprometendo um tipo de envolvimento a que Bordenave (1987, p.84) classifica como comunicação participatória, onde

todos os interlocutores exercem livremente seu direito à auto-expressão, como uma função 'social permanente e inalienável; geram e intercambiam seus próprios temas e mensagens; solidariamente criam conhecimento e saber, e compartilham sentimentos; organizam-se e adquirem poder coletivo; resolvem seus problemas comuns e contribuem para a transformação da estrutura social de modo que ela se torne livre, justa e participativa.

Desse modo, cabe indagar que tipo de comunicação é praticado por agentes inseridos em processos de mobilização social específicos, ou seja, se as concepções de comunicação reveladas por meio da prática cotidiana assemelham-se àquelas colocadas como eixo norteador numa esfera discursiva. Através de exames dessa natureza, acreditamos ser possível verificar se há realmente um compartilhamento e negociação de visões de mundo ou se, ao contrário, concepções defendidas por determinados públicos sobrepõem-se a outras concepções presentes no mesmo contexto interacional, seja por falta de qualificação dos demais agentes para fazerem valer seus pontos de vista; seja por mera acomodação destes; por intimamente não acreditarem nos projetos dos quais participam a médio e longo prazos; ou por outras causas ainda desconhecidas.

Essa é uma reflexão que aproxima a comunicação da noção de projeto político. De acordo

com Peruzzo (op. cit., p.161),

a discussão da comunicação no terceiro setor implica considerar que qualquer programa de ação a que esteja vinculada situa-se sempre em contexto mais amplo e se relaciona a um determinado “projeto” de sociedade. Este varia em conformidade com os interesses políticos e ideológicos de classes predominantes na estrutura do Estado e nas instituições que majoritariamente este representa.

Apresentados sob três paradigmas de desenvolvimento, esses projetos são sintetizados por Jan Servaes (apud PERUZZO, *ibid.*) em: (1) modernização e desenvolvimento; (2) dependência e subdesenvolvimento; (3) multiplicidade/outro desenvolvimento. A autora defende que, uma comunicação que se coloque como promotora de um processo alternativo- valorizado pela terceira acepção de desenvolvimento- tem por obrigação contribuir efetivamente para a autonomia dos sujeitos, permitindo, através da participação, o exercício de uma cidadania que vá além da realidade local cotidiana, mas que, ao contrário, consiga estabelecer ligações entre esta realidade e esferas superiores.

De outro modo, a comunicação, na prática, estará contribuindo para projetos que não levarão a uma mobilização capaz de transformar a realidade, tornando-se, neste caso, ao invés de mobilização, uma ação momentânea.

Nas palavras da autora (*ibid.*, p.162),

não se trata apenas de difundir mensagens e facilitar o acesso à fruição dos bens culturais, mas de criar condições para a efetivação de processos horizontais de comunicação, desde as comunidades e pequenas localidades até as estruturas municipais, estaduais e nacionais de comunicação.

Por meio da observação de uma experiência específica de mobilização social, temos refletido sobre esta temática. Trata-se de um trabalho educacional desenvolvido com crianças da comunidade da Bananeira, bairro periférico da cidade de Itabuna, Sul da Bahia. Segundo dados da Prefeitura Municipal, a comunidade possui cerca de 800 famílias de baixa renda, sendo a média de quatro filhos por casal. A localidade conta com problemas de infra-estrutura como falta de saneamento básico e pavimentação, dentre outros.

O trabalho é encabeçado pela Fundação Chaves, criada em 1997 e cuja atuação se intensifica a partir do ano seguinte, quando se iniciam as atividades da Escola Ação e Cidadania, atendendo a crianças da 1ª à 4ª série da educação básica. A entidade é uma iniciativa do grupo empresarial Helenilson Chaves, criado em 1915 para atender ao setor de exportação de cacau, mas hoje com uma atuação mais ampla.

Como seu propósito fundamental, a instituição aponta a realização de educação infantil capaz de contribuir para a transformação social da comunidade local. Além da educação convencional, realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a Fundação oferece

gratuitamente a crianças da Bananeira e de áreas circunvizinhas, aulas de música, teatro, pintura e artesanato, com apoio de voluntários. Segundo a diretoria da instituição, atualmente são assistidas 402 crianças dos quatro aos quatorze anos de idade, tendo sido alcançados expressivos resultados em termos de desenvolvimento social, até o momento. Um exemplo disso, são os casos de alunos que, através dos cursos artísticos da entidade, têm conseguido se inserir em projetos culturais mais amplos, inclusive fora da cidade, dando prosseguimento à sua formação, ou mesmo do aumento de taxas de crianças que têm dado prosseguimento à formação escolar, por incentivo dos agentes envolvidos naquele processo de mobilização.

Como públicos diretos ligados à Fundação, identificaram-se preliminarmente as seguintes categorias principais: funcionários e voluntários; alunos; pais e/ou responsáveis; associação de moradores; secretaria municipal de educação; moradores da comunidade; e imprensa local.

Quanto às formas de comunicação entre esses públicos, baseiam-se sobretudo em processos informais, tais como reuniões, encontros, conversas, avisos à comunidade por intermédio da associação de moradores e aos pais/responsáveis através das próprias crianças atendidas pela entidade. A divulgação de ações por meio da imprensa local costuma ocorrer no caso de atividades voltadas para a comunidade em geral, a exemplo de apresentações dos alunos em datas comemorativas e festivais culturais. Não há, portanto, um planejamento de comunicação de relações públicas executado por profissionais da área para direcionar as práticas ali implementadas, o que não impede, no entanto, que se estabeleça a comunicação entre aqueles públicos.

Passada a fase de exploração inicial, o que pretendemos agora é investigar o que realmente move cada um daqueles públicos a contribuir, e assim construir coletivamente, o projeto encabeçado pela Fundação Chaves e levado a diante pela comunidade. O que nos interessa investigar é se há um comprometimento a longo prazo por parte dos públicos diretos ligados à iniciativa, por acreditarem na causa e na possibilidade de reflexos da formação daquelas crianças para a transformação social da comunidade da Bananeira.

Dito de outro modo, existe entre aqueles indivíduos o exercício de uma comunicação pública e da cidadania ou se trata, na prática, de uma relação onde a mobilização individual e coletiva não tem motivadores mais profundos, de uma construção capaz de alterar a realidade de toda a comunidade? Há um projeto político por trás da ação comunicativa de cada um daqueles públicos capaz de relacionar aquela realidade a outros contextos semelhantes ou tais ações se baseiam em atividades momentâneas, sem compromisso com o futuro? A busca a esses questionamentos será feita através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas e posterior análise dos dados através da aplicação da técnica de construção do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Desconsiderando-se aqui como motivador central para alguns dos públicos os óbvios

interesses empresariais e de valorização da imagem corporativa por trás da iniciativa, de modo preliminar o que transparece é um envolvimento maior por parte dos públicos ligados mais diretamente ao cotidiano da Fundação, a exemplo dos funcionários e colaboradores, crianças e seus pais ou responsáveis. Sobretudo neste último caso, tem sido verificada satisfação com a alfabetização das crianças ou com a aprendizagem, por parte destas, de uma habilidade artística que talvez em outras circunstâncias aquela criança não teria acesso. Com isso, tendo na sua própria casa um exemplo de superação, tendo em vista a realidade à volta, os próprios pais tornam-se parceiros ativos dos trabalhos desenvolvidos pela entidade, funcionando como multiplicadores do processo, buscando mobilizar para aquele trabalho outras pessoas da comunidade.

Com isso, o que nos fica evidenciado desde já é que o processo de comunicação humana se mostra eficaz a partir do momento em que lhe é atribuído sentido, fazendo com que a tomada de uma comunicação pública seja resultado não do convencimento por outros, mas pela capacidade que a causa de mobilização desperta em cada um.

Desse modo, e conforme Fraser e Restrepo-Estrada (1998), a comunicação pode ser utilizada para a transformação social ou para a acomodação de um quadro já instalado, pode ser empregada de modo a se buscar alternativas de promover a cidadania, como pode apenas acontecer um nível de interação superficial, sem uma real participação. Tudo irá depender do que motiva os agentes responsáveis pelo encaminhamento processo, das condições fornecidas pelo ambiente para se estabelecer um processo de comunicação e também da forma como esta comunicação será absorvida pelos agentes receptores, tornando-se estes, a partir deste momento, também sujeitos emissores, num modelo dialógico e libertário.

Algumas considerações

A ampliação da participação da sociedade civil nos espaços públicos nas últimas décadas através de atividades de mobilização social é inegável. É também visível, a importância que a comunicação vem assumindo em iniciativas que tenham por finalidade a promoção da cidadania, em suas mais possíveis formas de emancipação.

No entanto, ao se relacionar esses dois campos, o que nos chama a atenção é o real papel que a comunicação vem cumprindo em situações que devem privilegiar a vontade coletiva, a deliberação por meio da negociação. O que nos interessa, portanto, é refletir sobre existência ou não de um projeto político movendo as concepções e atuações da comunicação em projetos de mobilização.

Se é através do discurso que um projeto se apresenta e se discurso é comunicação, deve-se atentar para o que diz cada discurso, entendido este numa concepção paulofreiriana ao mesmo

tempo como concepção e ação. O problema é que nem sempre o que se defende como concepção se apresenta como ação, ou, mais ainda, nem sempre o que parece se apresentar como ação carrega uma concepção que lhe é condizente, o que só pode ser verificado, acreditamos, por meio de uma investigação criteriosa.

Indagar sobre a que tipo de mobilização social a comunicação se presta colaborar é, portanto, uma tarefa que exige analisar o ato comunicativo através de diferentes vias, em diferentes momentos e tendo em vista os diversos elementos que dele fazem parte, tendo sempre em mente que cada contexto comunicativo, assim como cada processo de mobilização possui as suas particularidades, não existindo, portanto, um caminho modelo a ser seguido.

Referências:

BRANDÃO, Elisabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007, p.01-33.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002, p.279- 301.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUARTE, Márcia Yukiko M. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 95-115.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão- Introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

FRASER, C.; RESTREPO-ESTRADA, S. **Communicating for development: Human Change for Survival**. New York, NY: I. B. Taurus, 1998.

FRANCO, Augusto de. A participação do poder local em processos de desenvolvimento local, integrado e sustentável. In: RICO, Elisabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999, p. 175-190.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERBNER, G. Os meios de comunicação de massa e a Teoria da Comunicação Humana. In: DANCE, F. (org.). **Teoria da Comunicação Humana**. São Paulo: Cutrix, 1973, p.57-82.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p.92- 104.

KUNSCH, Margarida Krohling. Sociedade civil, multicitadania e comunicação social. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p. 59-75.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.563- 583.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: SPINK, Peter el all (orgs.). **Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção**. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ FGV-EAESP, 2002, p. 11-31.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Comunicação e terceiro setor. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007a, p. 154-173.

_____. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007b, p. 45-58.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.23-75.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. Entrevista sobre a Ilusão do Progresso, in: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10/02/2002.

WAMPLER, Brian e AVRITZER, Leonardo. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, Vera S. e NOBRE, Marcus (orgs.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 210-238.